

**RESENHA CRÍTICA DO LIVRO "DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA - DESAFIOS
PARA UMA POLÍTICA EMANCIPATÓRIA", DE LUIS FELIPE MIGUEL**

Luana Ivens¹

Laura Perez²

Luis Felipe Miguel, que escreve a obra *Dominação e Resistência*, é professor titular livre do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, onde coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Luis Felipe realizou Mestrado em Ciências Políticas (UNB) e Doutorado em Ciências Sociais (UEC). O pesquisador é conhecido por defender a universidade pública, laica, gratuita e de qualidade e o retorno do Brasil à normalidade democrática.

O livro de Luis Felipe Miguel trata das entranhas da democracia que vivemos no Brasil, seu sentido e o processo de dominação envolvido nela. A partir do momento em que não há igualdade entre os cidadãos, não é possível que a democracia vigore em sua plenitude.

O autor afirma que “O povo não governa, é verdade, mas a expressão da vontade popular incide sobre a política e pode eventualmente embaralhar o jogo das elites”. É possível aludir tal citação, com a situação vivida agora da greve dos caminhoneiros, que teve início no dia 21/05/2018, uma vez que o fato de fecharem as estradas e não trabalharem, refletiu em diversos aspectos da economia do país, como abastecimento de combustível e alimentação.

Além disso, Miguel utiliza o espaço da introdução para tecer críticas em torno da crise de 2016, consideradas por uns como o Golpe de 2016, utilizando referências do governo da então Presidente Dilma Rouseff e dos aparatos da democracia. O autor coloca que a democracia eleitoral passava a condição de “uma ordem tutelada por grupos poderosos”, culminando em um processo que Luis Felipe chama de “desdemocratização” do Brasil. Destaca-se que a democracia vigente está acomodada às desigualdades, quando seu papel deveria ser o de ir contra a dominação, promovendo a busca da igualdade.

Ressalta-se ainda que a grande questão-problema, que irá ser pano de fundo desta obra, é compreender como a concessão de direitos formais iguais a todos convive com as dominações de classe, com o Estado instrumentalizado à esse favor.

¹Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

²Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Na introdução, percebe-se que Luis Felipe, logo no princípio do livro, apresenta o primeiro tipo de dominação, o qual irá tratar novamente no curso da obra. A dominação presente até mesmo dentro do bojo do Estado. Não somente uma dominação no sentido Estado – população. Mas, também, entre os próprios componentes das instituições que compõem a cúpula do famigerado “Governo”. Este esquema, que influi nos trâmites internos da política, acaba por refletir na sociedade, uma vez que esta é (ou deveria ser) representada por quem foi eleito (nem sempre) para governar.

O autor inicia o capítulo tratando sobre o fenômeno da dominação e o fato dela ser, às vezes, “invisível” às relações de poder. “É difícil negar que um relato significativo da grande maioria das sociedades humanas, talvez de todas, não pode prescindir da categoria da dominação. Ela é o exercício assimétrico da autoridade ensejado pelo controle de recursos materiais e simbólicos, compelindo aqueles que estão submetidos a comportamentos que beneficiam os que detêm o poder”. Considera-se que há uma certa competição entre os cidadãos, que, na busca pelo melhor, acabam prejudicando e ferindo uns aos outros. E a dominação aparece não entre eles, mas sim nos modelos de governo.

Os pensadores Jürgen Habermas, John Rawls e Alex Honneth defendem que a política seria um espaço em que a cooperação social deve ser alcançada por meio de acordo “intersubjetivo” entre seus participantes, de forma livre e igualitária. Questionam a existência da dominação, mas, caso ela exista, não seria no meio político idealizado.

Democracia e dominação seriam, como considera o autor, antípodas, ou seja, opostas. Os cidadãos devem estar atentos de seus direitos e capacidades, mas também saber como agir dentro desse aparato institucional no qual pertence. A dominação entra, nesse sentido, como ponto central na discussão sobre democracia, tanto pelas formas de dominação que ela produz, referindo-se à institucionalidade, quanto àquelas que ela combate.

Max Weber contribui para essa discussão, uma vez que debate sobre a *Dominação Legítima*, a qual ele entende que está presente em todas as sociedades humanas. Segundo o filósofo, “dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”. Tal definição retrata o poder de coação do objeto de estudo, não só físico como também ideológico. É notório que as instituições têm a capacidade de coagir o povo a agir em prol de suas vontades e concepções. Caso contrário, há sanções, sejam elas econômicas ou sociais.

Weber estuda também a relação de dominação do homem sobre o homem. Em sua obra *“Parlamento e governo na Alemanha reordenada”* ele trata sobre a democracia de massas. É

visível, para ele, que há um predomínio da influência emocional que tem a política. Nas palavras do autor, “Se a democracia é o governo das massas, ela é a antítese da racionalidade que é própria da modernidade capitalista”. É possível criar uma alusão com um tipo de dominação presente na vida de muitas pessoas, a religião, que se inicia com um propósito de salvação e torna-se pura política. A série produzida pelo Netflix, *Wild Wild Country*, mostra uma religião, futuramente conhecida como Osho, que mistura diversas outras religiões e que prega a liberdade e o amor. No entanto, conforme o crescimento do que acaba se tornando um culto, é possível perceber a dominação feita sobre os fiéis. De início, a democracia deveria ser o pilar do ambiente, mas, conforme o crescimento, é possível perceber a perda de princípios, pois há a total necessidade de devoção dos indivíduos para que possam fazer parte. A dominação apoia-se na vestimenta, no financeiro, pois há a criação de um banco próprio e nos mais diversos segmentos do que se tornou uma sociedade paralela. É sabido, então, que a influência emocional afeta a base política da dominação.

No entanto, a dominação apresenta um aliado que permite que ela seja, de certa forma, velada. O carisma. Representado como a base do terceiro tipo de dominação legítima, é considerado um dom pessoal capaz de garantir à uma pequena parcela a capacidade de comandar muitos. É necessário que o dominador seja capaz de convencer a massa do dever de segui-lo, em virtude de suas feitorias. Nesse sentido, Weber afirma também que a dominação está vinculada à necessidade de liderança. A exploração da massa fica rendida no ato de transferência do empregado para o empregador da riqueza, mostrando que a dominação presente no capitalismo está presente tanto na produção de riquezas quanto no poder político.

Para Marx, figura importante na discussão em pauta, essa distribuição assimétrica de vantagens incide no contraste do acesso à autonomia proposta pelo modelo de governo, gerando, então, um obstáculo à ordem e uma sociedade justa.

John Rawls critica que a dominação é o principal motivo pelo qual não há eficácia no “paradigma distributivo” da justiça, pois ele foca, primeiro na justiça da alocação de bens materiais e na distribuição de posições sociais, como os empregos. No entanto, esse paradigma não vem acompanhado de uma reforma política, excluindo o contexto institucional e a estrutura social. Além disso, o foco na preocupação com a distribuição acaba por abafar os geradores da desigualdade, nos quais se encontram as relações de dominação. Para a Filósofa contemporânea Nancy Fraser, são casos como imigrantes ou minorias raciais.

A solução, para Ronald Dworkin, seria a distribuição equânime de recursos, para que, assim, as consequências das escolhas de uma pessoa, sejam elas positivas ou negativas, não sejam fruto das desigualdades e sim das escolhas.

O segundo capítulo é introduzido com um contraste enraizado na sociedade que consiste na igualdade política e na exclusão do acesso da maioria dos cidadãos nos processos decisórios. A universalização do acesso à justiça, a ideia de direitos iguais e qualidade de acesso à justiça reafirma a dominação social. O liberalismo criou uma falsa ideia de direitos autônomos individuais e coletivos, mas os conceitos de igualdade e democracia foram postos de lado. É extremamente necessário, então, que o foco seja desconstruir o paradoxo das democracias contemporâneas, que é a convivência entre igualdade política formal e grandes desigualdades sociais.

O autor põe em pauta, nesse sentido, três afirmações que buscam compreender como a exclusão se reproduz e se confirma com as regras impostas pela sociedade. A “seletividade das instituições”, que visa mostrar que as instituições políticas têm seletividade própria, que correspondem aos interesses que valorizem seu capital, o “campo político” que estabelece critérios de ingresso e progresso dos campos sociais. Os dominados são excluídos e, quando são inclusos, sofrem pressão para que se adaptem; e a “ossatura material” da luta de classes, em que o estado é visto como espelhando as relações de força presentes na sociedade. Essas três contribuições por mais que apresentem vias diferentes de compreensão da exclusão política, têm em comum a preocupação com os fenômenos da dominação política.

Nota-se que os interesses do Estado são os principais motivos pelo qual ele se regula, pois a dependência estrutural revela que medidas que afetem negativamente os níveis de regulamentação do capital, que prejudiquem a atividade econômica, são vetadas pelo governo para que não se ponha em risco o financiamento das organizações governamentais.

A universalização do voto, por exemplo, deslegitima outras formas de participação política, que, muitas vezes eram mais eficazes e coletivas. Passando a expressão eleitoral a ser o ápice da participação coletiva. Nota-se, então, que em decorrência da ignorância do povo, é comum que muitos cidadãos acreditem que estão exercendo seu direito e participando ativamente da democracia por meio do voto. Por mais que, dentre as opções de democracia, a que vivemos é a mais plausível, a participação do povo não legitima a eficácia de um governo.

De acordo com Samuel Huntington, “o excesso de participação aumenta os conflitos sociais, põe em risco a continuidade do sistema e gera um excesso de demandas que o Estado

é incapaz de processar”. Exemplo de crítica à democracia ativa, na qual os cidadãos participariam ativamente das decisões políticas. No entanto, é claro que a divergência de opiniões levaria a um possível caos, pois a intolerância entre os indivíduos é cada vez mais visível na sociedade. Além disso, seria necessário um desprendimento de tempo diferente daquele destinado às demais atividades do dia e da profissão de fato do indivíduo.

Dessa forma, o campo político possui visivelmente seletividade das instituições, por parte daqueles que estão dentro dele. É possível notar, então, que, fazendo uma alusão aos acontecimentos no Brasil, as greves de 2013 revelam as fraquezas da estratégia governamental, enquanto o impeachment de 2016, considerado como golpe por muitos, mostrou que a presença dentro do Estado não era garantia para que houvesse forças para resistir a retrocessos.

O autor afirma também que, se a dominação persiste, é porque há certa permissividade dos dominados. Apesar das manifestações de inconformidade, não há ameaça à continuidade da dominação. Gera o questionamento de porquê isso acontece, se seria mera acomodação ou a sensação de impotência.

Segundo Étienne de La Boétie “para que a tirania termine, os súditos não precisam agir. Precisam apenas deixar de agir, isto é, deixar de obedecer”. Mahatma Gandhi já defendia a ideia de desobediência civil como forma de protesto às injustiças.

No entanto, a continuação do exercício do trabalho é o que gera polêmicas, pois revela que há algo que os impede de parar. No caso do Brasil, sabe-se que há pessoas que não podem aderir a greves, parar de trabalhar como forma de protesto, pois a necessidade de trazer sustento para casa é gritante. Logo, não conseguem lutar por melhores condições de vida. A persistência da obediência da parte dominada tem, como base, certos motivos como a identificação com o governo e o fato de a obediência trazer vantagens, que significam a própria sobrevivência.

Tais motivos levam a classe dominada a ler o mundo a partir de experiências alheias às próprias, o que pode ser prejudicial tendo em vista que os dominantes podem encobrir aquilo que não quer que seja visto. E, como forma de dominação, ela precisa ser renovada a fim de evitar manifestações de insatisfação e tendências opostas. Além disso, os dominantes tendem a glorificar pequenas conquistas da parte dominada, para que, assim, a dominação pareça inexistente.

É notório, nesse sentido, que a política de cotas, por exemplo, forma de inclusão de pessoas com menos condições nas universidades, é tratada como um grande feito do governo

sendo que, a realidade é que ela não passa de uma medida paliativa de um sistema falho de educação.

A violência, um dos tópicos apresentados pelo autor, apresenta-se na sociedade como algo maquiado, que não deve ser pensado. Por mais que esteja presente e até enraizada no meio social, é tratada como algo fora do comum.

Para Hannah Arendt, a violência se inicia quando há o fim da “fala” do poder e política. As atividades humanas são valorizadas de forma contrária à sua relevância. Por exemplo, os garis, que são peça chave em sociedade, em contrapartida, sofrem desprezo por profissões de maior prestígio.

A escolha por afobar a violência é maléfica à sociedade, tendo em vista que acaba criando uma ilusão de falsa política, evitando, assim, críticas fundamentais para o desenvolvimento social. O autor afirma que “A política seria mais bem entendida, assim, como uma tentativa sempre renovada e sempre, ao menos em parte, frustrada de evitar que os conflitos se expressem em violência.”, o que revela a inevitabilidade de haver violência, seja ela estrutural ou aberta. A estrutural reflete as mazelas sociais decorrentes das privações estruturais da população, que possuem consequências como miséria e morte. Além disso, representa a dominação. Já a aberta, foco da crítica, é reconhecida socialmente e retrata forças repressivas. A primeira, no entanto, é perigosa porque ela é velada. Está na legalidade, nas entranhas sociais e é invisível.

O exposto acima é um exemplo do que acontece nas sociedades capitalistas, tomadas pela alta concorrência e desigualdade social, em que as partes marginalizadas, arcam com as dificuldades de acesso aos meios básicos de sobrevivência. Ademais, por fazer parte da sociedade, essa violência contra a população não é interrompida, pelo contrário, é incentivada. Para tanto, há uma frase do livro exposto que afirma que “O que é um assalto a um banco comparado à fundação de um banco? ”. Tal afirmação revela o contraste do “roubo” que é essa instituição financeira e um ataque, de fato, à mesma. Nesse sentido, a violência camuflada permanece em decorrência às suas conformidades as regras e ao fato de já estarem presentes e intrínsecas no meio social.

O quinto capítulo do livro trata do que Miguel chama de ação social autônoma, e seus motivos e desdobramentos. O autor coloca como ponto essencial, a problematização da formação de preferências dos indivíduos, trazendo a torna a ideia de que a simples “escolha” dos cidadãos por determinada conduta é vista pelo pensamento neoliberal como se fosse um dado prévio à política, e produzidas na esfera privada. Essa forma de pensar deriva de ideias

do liberalismo, utilitarismo e modelos de economia neoclássica, campos onde a ideia do indivíduo autônomo que é capaz de decidir sua vida por conta própria é central e necessária para que a teoria faça sentido.

O autor desenvolve este tema partindo do pressuposto que a grande parte da ciência política tende a ignorar a relação dessas preferências com o contexto no qual está inserido aquele que as possui, e a influencia que seu pensamento sofre a partir da ideologia da classe dominante.

O grande mote deste capítulo é descrever como os agentes (como o autor se refere às pessoas que escolhem) tem sua autonomia estrangida ao ter necessidade de preferir algo, não por seu íntimo desejo, mas por causa das circunstâncias em que se encontra. Ou ainda, como as pessoas podem achar que pensam de determinada forma por razões individuais, mas na verdade estão imbuídas por valores socialmente construídos. Como exemplo, é citado o caso de um trabalhador que “escolhe” vender sua força de trabalho numa sociedade capitalista, ou uma feminista que “escolhe” o casamento numa sociedade marcada pela dominação masculina. Para Miguel, estas pessoas não estariam agindo de maneira efetivamente autônoma, pois existiriam restrições externas ao exercício de sua autonomia.

O autor traz também a questão do paternalismo, que pode ser visto como forma de garantir que as preferencias moldadas pela dominação de determinada parcela da sociedade sobre outra pudesse ser “amenizada” e “vigiada” pelos olhos do Estado, ou também como aquele que traz mais imposições de escolhas para os cidadãos, restringindo também sua autonomia como sujeitos individuais.

Reserva-se grande importância à questão material presente na formação de preferencias, pois traz a ideia de preferencias adaptativas, ou seja, aquelas que, em situação de privação de bens materiais, seriam impostas pela necessidade de subsistência.

O capítulo é desenvolvido a partir da ótica de que toda preferência é socialmente produzida, sendo esse fenômeno uma das formas de dominação social. Em suma, uma frase presente neste capítulo que poderia resumir sua principal ideia seria: “o dominado tende a assumir sobre si mesmo o ponto de vista do dominante”(Pierre Bourdieu).

Analisando criticamente o capítulo em questão, nota-se que talvez as ditas classes dominadas, ou seja, as minorias e os indivíduos com menor posse de bens materiais, tenham sido colocadas pelo autor como que constituídas por indivíduos a-lunos, equiparando-se a folhas de papel em branco, preenchidas quase que por inteiro pelas ideologias e influências das classes ditas dominantes. É claro que, ante esta hipótese, há de se tomar cuidado para não

tanger à ideia liberal de que as os valores hegemônicos não exerçam qualquer influência sobre os indivíduos, e que haja a total liberdade de pensamento autônomo e escolha livre de qualquer pressão social. Porém, o capítulo se desenvolveu de maneira à cair em outro extremo, como supracitado. Há que se levar em conta a mínima capacidade crítica e de escolha inerente à cada indivíduo, ainda que privado de instruções mais complexas, a partir de seus parâmetros idiossincráticos.

Ademais, como já se observava na teoria de Sigmund Freud e seus sucessores na Psicanálise, toda escolha do sujeito é atravessada e manchada por influências inconscientes que provém de todo lugar. De seu passado, de valores familiares, sociais e diversos outros. Ou seja, pensar na possibilidade de uma escolha purificada e “autônoma”, para o humano é tão difícil e contraditório como acusar uma escolha influenciada pelo contexto social de deturpada, uma vez que é próprio do ser humano enquanto ser social, ter sua existência influenciada pelo meio em que vive. É certo que há de se dar a devida importância à participação do maior número de pessoas nas decisões políticas, para que contemplem a todos. Porém, a influência dos valores sociais que estiverem em hegemonia sobre o pensamento dos indivíduos parece algo “natural” e difícil de ser purificado, por definição.

Em seguida, Luis Felipe Miguel irá discorrer sobre a existência de uma inter-relação entre a dominação masculina e a dominação de classe, estas que seriam os dois eixos centrais da estrutura social vigente.

O autor começa indicando como se dá a relação entre o marxismo e diferentes ondas feministas. Assim, afirma-se que o marxismo estabelece a diferença de classes como a fonte central de todas as formas de opressão social, o que acaba por negar, de certa forma, a relevância das demandas feministas.

Essa observação não exclui por completo a influência da teoria de Marx na discussão acerca da submissão feminina, porém, é o motivo pelo qual algumas autoras feministas recusam um rótulo que advinha dessa teoria.

Um dos pontos essenciais do capítulo é a questão que surge para o feminismo dos anos 60-70 e que virá a ser problematizada nesse trecho do livro: como analisar tanto classe como sexo/gênero, compreendendo a sociedade como sendo ao mesmo tempo, capitalista e patriarcal?

Ressalta-se que o feminismo marxista procurou colocar em sua pauta a desigualdade de classe e as consequências do capitalismo, porém, essa abordagem costuma ser considerada mais uma veia do marxismo, do que do próprio feminismo teórico. Nota-se que há uma

dificuldade em conciliar esses dois temas-problemas em uma teoria que abarque a complexidade e dê o devido peso a cada um dos pontos, sem descaracterizar o movimento.

O autor coloca que a importância de se pensar o gênero dentro de uma perspectiva social de classes está relacionada à observar a posição das mulheres dentro de um contexto social estruturado de determinada maneira, que contribui para que se permita, mantenha e ateste este lugar reservado à mulher.

Numa análise histórica, o autor toca em pontos interessantes, relativos ao diálogo entre capitalismo e feminismo. O principal deles é o fato de que as mulheres encontravam-se à margem até mesmo da estrutura capitalista, uma vez que não faziam parte da classe dita burguesa, já que a propriedade circulava apenas em mãos masculinas.

Outra questão que enseja importante reflexão se dá acerca do projeto sufragista. O autor chama atenção para o fato de que essa iniciativa, apesar de válida e muito marcante para a época, tratou de inserir as mulheres de uma nova forma na mesma ordem social opressora, construída por homens.

O conceito de patriarcado também é discutido pelo autor, que traz informações para que se possa entender este conceito além do uso que se costuma escutar no discurso do senso comum. Destaca-se que atualmente, as relações de submissão que figuravam no patriarcado histórico foram superadas. Entretanto, isso não significa o fim da dominação masculina, que é uma categoria mais abrangente e menos específica do que o patriarcado em si.

A tônica do racismo também se adiciona à problemática da equação entre a opressão da mulher e a divisão de classes, fazendo surgir um feminismo específico, que leva em conta as particularidades da mulher negra, e a posição na qual ela está inserida na sociedade. Ressalta-se que as desigualdades de classe e de raça, apesar de interligadas, operam por meios separados.

Em meio ao capítulo, várias são as posições adotadas pelos autores citados para relacionar feminismo, marxismo, capitalismo e racismo. Apesar da divergência de alguns, em suma, conclui-se que no mundo social concreto, estes fatores estão atravessados uns aos outros, e apesar de não operarem sempre em conjunto, atuam de maneira estrutural.

É interessante notar que, a todo tempo, o autor utiliza pontos de vista e ideias de mulheres, autoras feministas, que pensaram o tema. Isso demonstra que o mesmo soube dar importância ao conceito de lugar de fala, expondo o que pensam as protagonistas do feminismo. Por fim, conclui-se que os estereótipos de gênero determinam as posições das mulheres tanto no capitalismo, como no chamado patriarcado.

O assunto de estratégias políticas econômicas é introduzido pelo autor a partir de uma análise retro que cita o fim do socialismo, devido à, entre outros motivos, o que o se chama de defeitos próprios. Com isso, surgem alternativas à esquerda de caráter mais moderado. A crise em questão não se restringe apenas ao modelo socialista propriamente dito, mas pode-se falar em uma crise dos instrumentos tradicionais de política, como os partidos e os sindicatos.

Segundo Luis Felipe Miguel, aconteceu uma fragilização da identidade de classe dos operários, que passaram por um aburguesamento. Somado a isso, surgem outros movimentos sociais que concorrem pela agenda de esquerda política, que não o movimento operário stricto sensu.

Estes “novos” movimentos, são chamados pelo autor de GTS – Grupos de Transformação Social. Nessa categoria, estão contidos os coletivos de minorias oprimidas como LGBT’s, mulheres e negros. Apesar de por vezes este fenômeno parecer uma onda particular da contemporaneidade, esse tipo de pauta surge a partir dos anos 70, porém, com a diferença de que nessa época, ainda se encontravam inseridos no “grupo” identificado como os trabalhadores.

No texto, nota-se a ideia de que a dispersão do movimento de esquerda “original”, ligado à clivagem de classes, o torna incapaz de realizar, de fato, transformações na esfera social. Estes movimentos possuiriam um caráter mais individual, e pauta pós-materialista, onde a preocupação estaria mais concentrada nas lutas por reconhecimentos do que nas lutas por redistribuição, sendo essa a principal questão dicotômica do capítulo.

O desejo de auto expressão individual sobreposto à questão relacionada a bens materiais seria uma consequência da prosperidade dos países capitalistas centrais. O autor cita a frase: “pessoas famintas tendem a procurar por comida, mais do que satisfação estética” para trazer a ideia de que uma vez supridas com o mínimo, ou até mesmo acomodadas à desigualdade, as pessoas passam a “poder” se debruçar sobre questões mais imateriais e subjetivas, como representatividade, lugar de fala, e outros “bens imateriais”.

Miguel enxerga esse fenômeno como um dos dispositivos ideológicos para o esvaziamento da relevância dos conflitos de classe, e coloca que nota-se uma ausência da contestação do capitalismo nestas “novas” pautas da esquerda.

Após o desenho do pano de fundo supracitado, o capítulo irá discorrer sobre a efetividade da luta política destes grupos. Ressalta-se a ocorrência de uma crise na democracia, devido à permeabilidade seletiva às pressões de acordo com a origem social da qual elas são oriundas, o que acarreta em um declínio de confiança nas instituições. A

consequência disso seria uma individualização da política, ajudada pelas tecnologias de informação que ampliam o alcance dos sujeitos enquanto unidades desvinculadas de grupos.

O autor considera este tipo de ação individualista como situado na antessala da política, ou seja, fora da mesma. Isso se deveria ao fato de que a política, por definição, deva ser algo coletivo, de “muitos”, e não centrada no eu e suas vicissitudes.

Por fim, observa-se o contraponto entre poder-sobre e o poder-para. O poder sobre outras pessoas deveria ser substituído pelo exercício do poder para a “efetivação do potencial de todos”. A dissolução do poder-sobre a partir do antipoder, seria a realização do “sonho comunista”, que tornaria o governo de pessoas em administração das coisas. Este cenário só seria possível com a extinção do antagonismo de classes, ou seja, volta-se ao objetivo original do comunismo marxista do qual os GTS parecem estar “esquecendo”, quando sobrepõem suas pautas imateriais e expressivas de meras vontades individuais aos fatores supracitados.

É interessante notar que apesar do tom crítico presente no capítulo em questão, o autor deixa claro seu entendimento de que seria “bem mais fácil chegar a uma fórmula assim do que efetivá-la na prática”. Ou seja, Luis Felipe reconhece um fator que muitas vezes é alvo de problemas no diálogo teoria-prática: a distância que pode haver entre o que se discute academicamente/textualmente e o que é possível de se tornar ação no mundo real, dadas as circunstâncias concretas e dinâmicas da sociedade, com toda a sua complexidade, que não cabe, muitas vezes, nas teses propostas em livros.

No oitavo e último capítulo de sua obra, o autor discute quais seriam os caminhos mais interessantes para a participação política efetiva da população junto ao governo. Luis Felipe Miguel procura destacar com bastante frequência, em seu texto, as diferenças entre participação e representação políticas, tendendo seu discurso à defender a maior eficiência da primeira.

Para tratar do participacionismo, o autor traz e mostra acompanhar as ideias da autora Carole Pateman. Durante todo o capítulo, é defendida uma participação chamada patemaniana. A participação contribuiria para o empoderamento do cidadão comum, agindo na formulação de seus próprios interesses e fomentando, também, uma relação horizontal entre os representados.

A autora apresenta o modelo de democracia da vida cotidiana, que consistiria em oferecer oportunidades de participação direta nos grupos presentes no dia a dia dos civis (trabalho, escola, comunidade, entre outros.). Dessa forma, os cidadãos se poderiam se

familiarizar a tomar decisões finais, cujas direções se dariam da base para o topo, a respeito de seus próprios direitos, o que culminaria numa educação política feita de maneira prática.

Segundo Pateman, a qualidade de representação está diretamente relacionada à oportunidade de participação. Ou seja, o tipo de esquema supracitado melhoraria o exercício da representatividade proposta pelo sistema de democracia representativa, numa relação entre modelos micro e macrossocial. Além disso, estimularia uma quebra na apatia política do brasileiro, que também é fruto da frustração decorrente do fracasso nas tentativas de pleitear junto aos representantes escolhidos.

Luis Felipe Miguel traz ainda para a discussão o tema do Orçamento Participativo, que surge no final do século XX, pretendendo ser um mecanismo de inclusão da população nas decisões governamentais. Nesse sentido, o autor se posiciona de maneira a questionar a efetividade desse sistema, colocando uma tabela sobre os valores democráticos que o OP promove, cujas informações demonstram que este não é um instrumento pleno de democracia.

Em suma, o autor evoca mais uma vez a ideia de clivagem de classes para dizer que esta afeta o exercício participativo, que desde os anos 80 sofre uma redução de ambições nesse sentido. Destaca ainda que a participação vem sendo enquadrada pelo sistema político, e, nas palavras de Bordieu, outro autor o qual Miguel parece acompanhar em suas ideias, “o sistema é formalmente democrático, mas efetivamente censitário”, ou seja, pode-se notar que os interesses dos representados estão desconectados daqueles de seus representantes.

O capítulo traz também a ideia de que o abandono do pleito por uma participação direta seria resultado de um entendimento paternalista, que julga a população despreparada para o exercício da cidadania, o que, ressalta-se, tende a se tornar um círculo vicioso, uma vez que a própria população resolve abrir mão dos assuntos da política por ignorância e conseqüente falta de interesse, o que acaba por torná-la distante e vista como incapaz, nesse quesito.

Nesse sentido, Luis Felipe Miguel conclui seu livro dizendo que toda a discussão desta obra está baseada na dicotomia entre dominação e emancipação. Para o autor, a dominação é um ponto central no processo de produção da realidade, e muitas vezes, uma força ignorada nas reflexões feitas pelas ciências sociais.

Destaca-se, nesse trecho conclusivo do livro, a visão do autor sobre a realidade as disputas políticas atuais, que são vistas pelo mesmo como pautadas em barganhas. O grande agravante apontado por Miguel é a assimetria dos polos oponentes nestas disputas, que não tornam esta negociação justa, por não serem simetricamente vulneráveis. Por isso, os

interesses da classe mais forte se impõem sobre a classe “mais fraca”, ocorrendo dominação, tanto cultural (valores) como econômica.

Outra consideração que o autor torna a fazer no fim da obra está relacionada a visão dos eixos de classe como fonte única de opressões, que segundo Luis Felipe, é ultrapassada. Aqui o autor cita novamente outros tipos de desigualdades, como a de gênero e raça, e considera que a superação deste tipo de dominação é um imperativo para a emergência de uma sociedade mais justa. Nesse ponto do texto, o autor coloca sua posição acerca desse tipo de visão de maneira muito clara, quando enuncia, utilizando a primeira pessoa, que esse entendimento é correto a seu ver.

Ainda no sentido do tema supracitado, ressalta-se que a multiplicidade de agendas e demandas, apesar de indispensável, aparece como mais uma dificuldade para garantir a eficácia da ação política, o que seria um desafio central. Afinal, não se trata mais de dar voz aos interesses de uma classe operária como sujeito coletivo unitário, mas sim, a uma multiplicidade de grupos dominados, com interesses diversos.

No que tange a questão do capital, também muito presente no desenrolar do livro, o autor conclui que este se mostra cada vez menos disposto a “pagar o preço de uma relativa paz social”, e, como resultado, a esquerda parece condenada a agir de modo apenas reativo. Luis Felipe observa ainda que nesse momento em que os ônus do capitalismo se mostram mais evidentes, sua linguagem parece “quase indisputada”.

Por fim, como síntese de uma solução para estes desafios propostos, o autor coloca que o movimento de transformação da realidade depende da ressonância que se irá encontrar nas ações de resistência dos grupos dominados. O projeto emancipatório, no sentido de burlar as dominações, precisa se alimentar da experiência de vida dos próprios dominados. Miguel finaliza a obra dizendo que todas as questões trabalhadas são de caráter complexo, e que o primeiro passo é enfrentar os dilemas da ação transformadora e reinventar a autonomia.

Bibliografia:

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SILVA, Felipe Gonçalves. **Manual de Sociologia Jurídica**. 2ª ed., 2017.